



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante		88.529	83.125	Circulante		20.659	9.339
Disponibilidades	3	15.227	20.250	Outras obrigações	9	20.628	9.339
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4						
Operações de crédito	5	62.490	53.482	Não circulante			4.698
Outros créditos	6	10.812	9.393	Exigível a longo prazo			
				Outras obrigações	9	31	4.698
Não circulante		21.149	17.247	Patrimônio líquido	11	89.019	86.335
Realizável a longo prazo				Capital social		72.606	69.721
Operações de crédito	5	20.605	16.629	Reserva legal		8.214	7.821
Imobilizado de uso	7	221	240	Reserva para contingências			-
Intangível	8	323	378	Sobras acumuladas		8.199	8.793
Total do ativo		109.678	100.372	Total do passivo e patrimônio líquido		109.678	100.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Ingressos da intermediação financeira		9.287	6.926
Operações de crédito		9.102	6.516
Aplicações interfinanceiras de liquidez		185	410
Dispêndios da intermediação financeira		(331)	(242)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(331)	(242)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.956	6.684
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		578	(2.036)
Ingressos de prestação de serviços		8	14
Dispêndios administrativos	12	(623)	(1.152)
Dispêndios de pessoal e honorários		(1.005)	(893)
Dispêndios tributários		(5)	(5)
Outros ingressos operacionais		1.047	
Outros dispêndios operacionais			
Resultado operacional		8.378	4.648
Resultado não operacional		(2)	(7)
Resultado antes da tributação		8.376	4.641
Imposto de renda e contribuição social		(3)	(4)
Resultado antes das participações estatutárias		(174)	(77)
Participações estatutárias nas sobras		(174)	(77)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		8.199	4.560
Juros sobre o capital			-
Sobra líquida do exercício		8.199	4.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Demonstrações Demonstração Do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Sobra líquida dos exercícios	8.199	4.560
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	8.199	4.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(7.971)	(12.662)
Sobra ajustada do exercício	780	11.179
Sobra líquida do exercício		
	8.199	10.070
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	331	483
Depreciações e amortizações	11	344
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	-	251
Provisões passivas	-	31
Distribuição de Sobras Ex Anterior para FATES	7761	-
Aumento nos ativos	(14.522)	(19.303)
Operações de crédito	(13.104)	(18.299)
Outros créditos e outros valores e bens	(1.418)	(1.004)
Redução nos passivos	5.771	(4.538)
Outras obrigações	6.410	(4.538)
Reversão Reserva de Contingência para Fates	(639)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	63	-
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	63	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	2.885	4.099
Integralizações de capital	9.408	19.278
Devoluções de capital	(6.523)	(15.179)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.023)	(9.035)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.250	29.284
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.227	20.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva para Contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 30 de junho de 2020	67.969	6.590	469	4.560	79.588
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(503)	(503)
Aumento de reserva com sobras	-	1.006	-	(1.006)	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	9.465	-	-	-	9.465
Devoluções de capital	(7.713)	-	-	-	(7.713)
Reversão da reserva legal	-	(244)	-	244	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	5.500	5.500
Destinação da reserva legal	-	-	-	-	-
FATES – cooperados	-	-	-	(12)	(12)
FATES - não cooperados	-	-	-	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.721	7.352	469	8.792	86.334
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(7.761)	(7.761)
Aumento de reserva com sobras	-	862	169	(1.031)	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	9.408	-	-	-	9.408
Devoluções de capital	(6.523)	-	-	-	(6.523)
Reversão da reserva legal	-	-	(638)	-	(638)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	8.199	8.199
Destinação da reserva legal	-	-	-	-	-
FATES – cooperados	-	-	-	-	-
FATES - não cooperados	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	72.606	8.214	-	8.199	89.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí** (“Cooperativa”) fundada em 14 de outubro de 1974, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos a mesma adquiriu personalidade na data de 2 de abril de 1975, através do registro sob nº 46.277.273/0001-89.

A Cooperativa está sediada na Alameda Lorena, nº 58, em São Paulo SP e tem sua área de ação limitada às dependências das sociedades que compõem ou venham a compor o Grupo Pão de Açúcar, em todo território nacional;

Tem por objetivo a educação cooperativista e assistência financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os funcionários. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2020.



2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.



Em 30 de maio de 2019, o BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, posteriormente consolidada pela Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.



b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b.5 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.6 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.8 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição

b.9 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.



b.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.12 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.



b.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações financeiras (nota 4), são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2021	2020
Disponibilidades	265	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.962	20.243
	15.227	20.250

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro	14.962	20.243

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do período 1º semestre/2021, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 185.



5 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	63.173	20.830	84.003	54.084	16.816	70.900
Provisão Devedores	(683)	(225)	(908)	(602)	(187)	(789)
	<u>62.490</u>	<u>20.605</u>	<u>83.095</u>	<u>53.482</u>	<u>16.629</u>	<u>70.111</u>

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5		82.451	82.451	-	69.825	69.825
B	1,0	482		482			
C	3,0	-		0	64	193	257
D	10,0	373		373	83	164	247
E	30,0	181		181	69	85	154
F	50,0	165		165	40	30	70
G	70,0	115		115	41	29	70
H	100,0	236		236	211	66	277
		<u>1.552</u>	<u>82.451</u>	<u>84.003</u>	<u>508</u>	<u>70.392</u>	<u>70.900</u>





c Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2020 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 839 (R\$ 899 1º sem. 2020).

Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 226 (R\$ 182 no 1º. Sem. 2021), registrados em outros ingressos operacionais.

6. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(654)	(254)	(908)	(679)	(110)	(789)

b Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	(789)	(799)





Créditos baixados para prejuízo	4.783	493
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(4.902)	(483)
Saldo final	(908)	(789)

7 Outros créditos

Descrição	2021	2020
Títulos e créditos a receber (i)	10.258	8.925
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	5	4
Adiantamento por conta de imobilizações	548	465
Devedores diversos	-	-
	10.811	9.394

(i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.



8 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de Depreciação/ amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2021		2020	
				Líquido	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso							
Instalações	10%	156	(50)	106	156	(43)	113
Móveis e equipamentos de uso	10% / 20%	172	(56)	116	172	(45)	127
		328	(106)	222	328	(88)	240
Intangível							
Software	33% / 20%	536	(213)	323	599	(253)	346
Projeto expansão	33%	580	(580)	-	580	(548)	32
		1.116	(793)	323	1.179	(801)	378
		1.444	(899)	545	1.507	(889)	618



9 Outras obrigações

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	6.266		6.266	2	2	2
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	13.837		13.837	8.838		8.838
Cotas de capital a pagar	255		255	250		250
Provisão para participação nos lucros						
	14.092		14.092	9.088		9.088
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	85		85	69		69
	85		85	69		69
Diversas:						
Obrigações por bens e direitos						
Provisão para pagamentos a efetuar	184		184	177		177
Provisão para contingências (ii) (iii)		31	31		4.698	4.698
Credores diversos no País	1		1	3		3
	185	31	216	180	4.698	4.878
	20.628	31	20.659	9.339	4.700	14.037

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 11b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.





10 Provisões

Descrição	2021	2020
Provisão para outras contingências (i)	31	31
Provisão para contingências (ii)		4.667
	31	4.698

- (i) A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial, sendo o processo de natureza cível, com valor total de R\$ 50, em 31 de dezembro de 2020, classificados pelo seu assessor jurídico como perda provável, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, em constituir provisão no valor de R\$ 31.
- (ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 4.667 (R\$ 3.563 em 2019) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

11 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 86.805 cooperados em 31 de dezembro de 2020 e 86.332 cooperados em 30 de junho de 2021. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas quotas-partes.

No 1º semestre do exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.407 (R\$ 9.465 em 2020), com recursos provenientes de seus cooperados, e ocorreram baixas em 2020, no montante de R\$ 6.523 (R\$ 7.713 em 2020), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 72.606 em 30 de junho de 2021 e de R\$ 69.721 em 31 de dezembro de 2020.

b Destinações legais e estatutárias

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício (base de cálculo das destinações)	8.199	10.070
Destinações estatutárias:		
Reserva legal 10% (i)		(1.006)
FATES 5% (ii)		(503)
Transferido para FATES (iii)		(12)



Reversão da reserva legal (iv)		244
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<u>8.199</u>	<u>8.793</u>

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados da Cooperativa, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 9 (i)).
- (iii) Transferência de resultado de ato não cooperativo das sobras para o FATES.
- (iv) Reversão da Reserva Legal para as sobras referente ao plano de expansão

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020, para o FATES (R\$ 7.761), para a reserva legal (R\$ 863) e para a reserva de contingências (R\$ 169).

d Reserva para contingências

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a constituição de reserva para contingências no montante estimado de um milhão de reais, formada através da destinação de R\$ 300 das sobras líquidas apuradas no exercício de 2018 e na Assembleia Geral realizada.

Em 30 de junho de 2020, foi aprovado o montante de R\$ 169 e o restante das sobras líquidas apuradas dos exercícios sociais futuros da Cooperativa, para fazer frente a eventual necessidade de recursos para pagamento de tributos e multas devido à recuperação de créditos tributários ainda não homologados. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada a reversão da reserva de contingências para o FATES no valor de 638.315.

12 Dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços técnicos especializados	(203)	(230)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(139)	(160)
Depreciações e amortizações	(73)	(257)
Despesas OCESP	(146)	(140)
Outros	(62)	(365)
	<u>(623)</u>	<u>(1.152)</u>



13 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

14 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Diretoria

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	5	72.606	0,01%	8	69.721	0,01%

Conselho fiscal

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Empréstimos	2	84.003	0,002%	26	70.900	0,04%
Capital Social	24	72.606	0,03%	21	69.721	0,03%



Gerência

	2021	Total da Conta	% Total	2020	Total da Conta	% Total
Capital Social	4	72.606	0,01%	3	69.721	0,00%
Remuneração	217	-	-	239	-	-

16 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a Risco operacional

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

b Diretoria Executiva

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.



c Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

d Gestor de Risco Operacional

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

e Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

f Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

g Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.



h Gestor de Risco de Mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

i Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela "Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

j Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações".

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro



k Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

l Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

MIRELLA BASOLLI GOMIERO

Presidente do Conselho de Administração
CPF: 038.102.026-65

Valeria Machado da Costa Mesquita

Contadora CRC 1SP 193.225/O-3
CPF: 175.992.918-22

*** fim ***